



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

FLÁVIA ROCHA SILVA

**ARQUIVOS, HISTÓRIA E MEMÓRIA:
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E
A HISTÓRIA PÚBLICA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE NO TEMPO PRESENTE**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

FLÁVIA ROCHA SILVA

**ARQUIVOS, HISTÓRIA E MEMÓRIA:
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E
A HISTÓRIA PÚBLICA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE NO TEMPO PRESENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras como requisito parcial para obtenção do grau Bacharel em Humanidades em Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Eric Brasil Nepomuceno.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

FLÁVIA ROCHA SILVA

**ARQUIVOS, HISTÓRIA E MEMÓRIA:
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E
A HISTÓRIA PÚBLICA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE NO TEMPO PRESENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras como requisito parcial para obtenção do grau Bacharel em Humanidades em Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovada em: 04/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eric Brasil Nepomuceno (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dr. Igor Monteiro Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

SUMÁRIO

1	DELIMITAÇÃO DO TEMA	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	OBJETIVOS	7
3.1	GERAL	7
3.2	ESPECÍFICOS	7
4	REFERENCIAL TEÓRICO	8
4.1	ARQUIVOS E PRESERVAÇÃO	8
4.2	PATRIMÔNIO CULTURAL	10
4.3	MEMÓRIA	11
4.4	HISTÓRIA PÚBLICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA	12
4.5	SÃO FRANCISCO DO CONDE	14
5	METODOLOGIA DA PESQUISA	16
5.1	CLASSIFICAÇÕES DA PESQUISA	16
5.2	TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS	17
5.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	18
6	CRONOGRAMA	19
	REFERÊNCIAS	20

1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A história é uma descrição criada a partir da análise de documentos, a partir de fontes, que levam os indivíduos do presente a ter contato com elementos do passado. Desde a formação das primeiras sociedades, por questões de sobrevivência, o ser humano precisava transmitir conhecimento. Com a escrita, foi possível registrar e fixar a linguagem falada. Com o estabelecimento dos indivíduos em espaços geográficos, a necessidade de salvaguardar documentos escritos ficou cada vez mais intensa, em muitos povos. Com essa afirmação da importância da cultura escrita para muitas sociedades, não pretendo hierarquizar as formas de preservação do passado, principalmente pelo fato de milhares de povos ainda hoje terem a história oral, a transmissão de saberes, ritos, costumes, tradições, valores, modos de vida através da oralidade. Entretanto, em grande parte das sociedades ocidentais, metrópoles e também suas colônias, os registros escritos do passado se tornaram hegemônicos. A quantidade extensiva de informação provocou a criação de arquivos, para armazenar esses documentos, com finalidade funcional, cultural e histórica, permitindo a comunicação através do tempo e espaço.

Esses arquivos são patrimônios documentais que merecem e precisam ser conservados, mantidos, protegidos e preservados, para que outras gerações tenham acesso a esses documentos. O ideal seria que esses arquivos estivessem disponíveis a qualquer momento aos interessados, ou seja, que essa história se tornasse realmente pública. Porém, quando esses arquivos deixam de ser funcionais e passam a ser históricos, os cuidados e a importância vão se perdendo com o tempo. Juntamente com a perda desses arquivos, perde-se a memória de um povo, de um local, enfraquecendo uma identidade.

O passado e presente de cada povo são essenciais para compreender sua formação estrutural (socioeconômica e cultural). O conhecimento dessas memórias influencia nas atitudes no presente, podendo mudar totalmente o sistema social por inteiro e compreender os sentidos e estratégias de ação e projetos de futuro.

O presente estudo tem o intuito de evidenciar a importância da preservação do patrimônio documental na cidade de São Francisco do Conde. A terceira cidade mais antiga do Recôncavo Baiano passa por um processo de extinção de seus registros históricos. Como compreender os processos históricos sem registros? Como referenciar os marcos históricos nas gerações futuras?

Esse projeto tem o objetivo de realizar um levantamento documental dos acervos de fontes históricas da cidade de São Francisco do Conde, com o enfoque nos arquivos públicos

da Câmara Municipal e nos arquivos eclesiásticos presentes na Paróquia São Gonçalo e Nossa Senhora do Monte. Além disso, busca-se verificar e caracterizar qual o posicionamento dos órgãos públicos diante dessa suposta escassez de fontes históricas, num debate eu coloque em primeiro as reflexões sobre história pública e consciência histórica na cidade mais negra do Brasil.

2 JUSTIFICATIVA

O município de São Francisco do Conde possui mais de três séculos de história. Dentro dessa narrativa inclui a importância e colaboração para o desenvolvimento do Recôncavo Baiano e principalmente do Estado da Bahia, tanto no aspecto econômico e cultural, quanto nas lutas sociais e políticas. Nesse mesmo espaço geográfico, foi construído a primeira Escola de Agronomia da América Latina e sedia a segunda maior refinaria de petróleo do país, a Landulpho Alves. Além disso, no seu processo de formação histórica, por conta das imigrações e da miscigenação de brancos, índios e negros, ao longo de séculos, a cidade comporta um variado conjunto de religiões, hábitos e costumes. Porém, o patrimônio documental que pode fundamentar os estudos e compreensão dessas transformações está se deteriorando, se perdendo com o tempo.

Desde período de estudante da educação básica, sempre tive enormes dificuldades para realizar pesquisas sobre a história da cidade, além de ter poucos exemplares dos livros, o recorte temporal dessas narrativas é bastante restrito. Os órgãos públicos só se preocupam em mencionar a história da cidade em datas comemorativas, como no carnaval, a exibição de algumas manifestações culturais, no dia 30 de março, emancipação da cidade, no dia 2 de julho, na independência da Bahia, no dia 07 de setembro, com o desfile da Independência do Brasil e no dia 02 de dezembro, lavagem da Conceição da Praia.

Atualmente, esses problemas são ainda maiores. Em visitas a algumas instituições, encontrei inúmeros descasos com o patrimônio documental. A Câmara Municipal, quando era Casa da Câmara e Cadeia, tinha grandes problemas estruturais, sofria fortes impactos com a chuva, a umidade, perdendo documentos inestimáveis do período colonial; no momento de transição para a nova sede foi ainda pior, com degradação total de inúmeros arquivos. Atualmente, a Câmara Municipal passa pelo processo de reforma, na qual os arquivos públicos, principalmente os de valor históricos, se encontram no mesmo espaço e restritos ao acesso público.

Na Biblioteca Municipal Arthur de Salles, existem poucas informações sobre a cidade, ou melhor, um único livro acessível ao público. A Secretária de Cultura e Turismo tem inúmeras dificuldades de promover eventos, como exposições, comemorações, para tornar acessível à história aos munícipes, por falta de fontes históricas – alegam alguns funcionários.¹ No Convento de Santo Antônio funciona a secretária da Paróquia São Gonçalo, onde estão presentes todos os registros das igrejas da cidade. Ali também sofrem pela umidade, além disso, o espaço está no início de um processo de restauração.

É notório o descaso dos órgãos públicos em preservar o patrimônio documental e consequentemente, a memória do município. Alguns casos mencionados, o problema não está no querer preservar, mas na falta de recursos para isso. Mas, como assim? Uma cidade que possui um dos maiores PIB per capita mais elevados do país, não tem recursos para preservar o seu patrimônio?

Essa pesquisa contribuirá com o mapeamento dessas fontes, em especial dos arquivos públicos e dos arquivos eclesiásticos, analisando o seu estado de uso e conservação, verificando o posicionamento dos órgãos públicos e eclesiásticos diante da sua história, e de sua responsabilidade com a história pública da cidade.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Compreender o papel social, o estado de preservação e o posicionamento dos órgãos públicos diante dos arquivos eclesiásticos e os arquivos públicos do município de São Francisco do Conde, numa reflexão a partir dos conceitos de história pública e consciência histórica.

3.2 ESPECÍFICOS

- Caracterizar os registros paroquiais de batismo e casamento das Paróquias São Gonçalo e Nossa Senhora do Monte;

¹ Muitas das afirmações contidas aqui foram colhidas a partir de entrevistas prévias realizadas com funcionários dos órgãos públicos responsáveis pela preservação dessas fontes, assim como com membros das paróquias católicas da cidade.

- Analisar e caracterizar os acervos documentais oficiais;
- Compreender a importância dessas fontes históricas para história pública;
- Mapear os arquivos eclesiásticos e documentais;
- Elaborar uma cronologia da história do município de acordo com as fontes históricas;
- Identificar as condições de acesso, conservação e utilização do acervo;
- Verificar qual o posicionamento oficial do município diante dessas fontes históricas e seus impactos na formação de uma história pública e da consciência histórica local.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 ARQUIVOS E PRESERVAÇÃO

Desde os primórdios até os dias contemporâneos, o homem sempre teve a necessidade de se comunicar, de preservar e disseminar o conhecimento. Em muitas sociedades, até hoje, essa necessidade é atendida satisfatoriamente através da oralidade. Com a escrita, é possível representar através dos símbolos, uma linguagem falada, capaz de construir uma memória específica, garantindo a permanência da sabedoria por gerações. Portanto, os documentos escritos têm a função de comprovar algumas dessas experiências, construindo um sentido mais evidente de unicidade do passado. Segundo Paes (2004, p. 26), *documento* “é o registro de uma informação independentemente da natureza do suporte que a contém.” É importante destacar que esse “registro de informação” também não é isento ou puramente objetivo, mas sim responde a interesses, experiências e expectativas de quem produz essas documentações.

Com as transformações culturais, foi necessário aperfeiçoar cada vez mais esses registros, criando sistematizações que atendessem as necessidades das organizações políticas, sociais, particulares, religiosas e econômicas, principalmente nas relações comerciais. Esses documentos já foram transcritos em superfície de mármore, cobre marfim, tábuas de argila. Porém, com o excesso de informações, houve demanda pela criação de arquivos para armazenar esses documentos. Conforme Paes (2004, p. 16), *arquivo* “é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no

curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando á utilidade que poderão oferecer no futuro”. Na contemporaneidade, essas transcrições são feitas em papéis, na maioria das vezes, sendo uma das formas mais aceitas para salvaguardar as informações.²

Devido ao progresso científico e tecnológico, houve a necessidade de criar novas especializações e profissões. Conseqüentemente foi necessário criar novos tipos físicos e análise de documentos, que pouparia a perda de tempo, a falta de informação, principalmente a repetição de experiência que já foi solucionada. Para facilitar o acesso, os arquivos são classificados por organizações públicas, institucionais, comerciais, familiares ou pessoas; com finalidade funcional, cultural e histórico.

Na entidade pública, são produzidos os arquivos franqueados ao público. Paes (2004, p. 24) caracteriza o *arquivo público* “conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual e municipal, em decorrência de suas funções específicas administrativas, jurídicas ou legislativas.” O estágio de evolução dos arquivos é classificado em três fases: corrente, intermediária e permanente. Cada fase tem uma organização adequada, com formas de conservar e tratar cada documento.

O Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos - SIGA menciona que:

Gerir documentos, em sentido mais amplo, significa não só racionalizar e controlar a produção documental e garantir o uso e a destinação adequada, mas, principalmente, assegurar ao governo e ao cidadão acesso pleno às informações contidas nos documentos, tarefa, por excelência, dos arquivos. (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p.8)

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art.23:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; [...] III -proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...] (BRASIL, 1988, p.18).

A Lei 8.159, sancionada em 08 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, a declaração que “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio á

² Vivenciamos hoje o avanço inegável e avassalador da digitalização das fontes, assim como da produção de fontes digitais, sem a necessidade do uso do papel. Assim, novos debates metodológicos e epistemológicos ainda precisam ser feitos sobre esse fenômeno.

administração, a cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (BRASIL, 1991, p.1).

De acordo com o Art.23 da Constituição e a Lei 8.159, o Estado tem por obrigação garantir a organização, zelar pela proteção e promover acessibilidade do patrimônio documental. Portanto, a administração pública tem a responsabilidade de assegurar a preservação desses arquivos.

A Igreja Católica é uma instituição, que possui arquivos eclesiais (livros de assento de batismo, casamento, óbito, etc.). Hayes (2008 apud SILVA; BORGES, 2009, p. 41) caracteriza os *arquivos eclesiais* como,

[...] uma coleção de documentos, registros, e memoriais, relativos à origem, fundação, o crescimento, a história, os direitos, privilégios, e constituições de uma diocese, paróquia, mosteiro, ou comunidade religiosa sob a jurisdição da Igreja, o termo também é aplicado a um local ou depósito em que tais registros e documentos são mantidos.

Durante o processo da colonização do Brasil, a relação da Igreja Católica com Portugal na supremacia do poder estatal, foi bastante duradoura. Cassamasso (2010, p. 6167) apresenta o rígido regime dessa união:

A despeito de externar sua superioridade política em face dos poderes eclesiais no decorrer de todo o período de colonização do Brasil, Portugal reconheceu a Igreja Católica como a legítima portadora da verdade objetiva, que, corporificada nos dogmas católico-cristãos, servia de “princípio, meio e fim de toda a atividade política nacional e internacional”.

No Brasil, a Igreja Católica é detentora de um enorme patrimônio político-religioso, que abrange do período colonial até a sua independência. Pode-se ver a importância dessa instituição para fundamentar o conhecimento da história na sociedade brasileira.

4.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Quando os arquivos chegam à fase permanente, ele deixa de ser um arquivo administrativo e se torna um arquivo histórico, cultural. De acordo com Paes (2004, p.22), “*arquivo de terceira idade ou permanentes*, constituído de documentos que perderam todo valor de natureza administrativa, que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem meios de conhecer o passado e sua evolução.”.

A Constituição de 1988 considera Patrimônio Cultural Brasileiro toda manifestação material ou imaterial, composição da memória da comunidade, como é mostrado no Art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência á identidade, á ação, á memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
 - II. Os modos de criar, fazer e viver;
 - III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados ás manifestações artístico-culturais;
 - V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (BRASIL, 1988, p.123)

Segundo 1º Art. 216, da Constituição, “O Poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.”. (BRASIL, 1988, p.123).

De acordo com essa definição, o conceito de patrimônio cultural não está voltado apenas para a produção material, mas abrange as expressões emocionais e intelectuais. Portanto, incentiva o homem a se conhecer, simultaneamente, conhecer o mundo em que vive.

4.3 MEMÓRIA

Le Goff define o conceito de memória como:

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado, que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documentos/monumento, faz apreensão da memória, depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade). (LE GOFF, 2003 apud RODRIGUES; MACHADO, 2010, pág. 24).

A memória é o meio principal para a construção da identidade social e local, consolidado pelas percepções, ideologias, experiências em comum ou da comunidade em que se vive. Ou seja, é o símbolo da sua cultura. Ao mesmo tempo em que está no passado, a todo o momento ela é atual. Logo, é possível despertar o sentimento de pertencimento.

Nesse campo, existe um dualismo de interesses, pessoas ou grupos que desejam abordar sobre suas lembranças, mantendo-a sempre presente; outros preferem esquecer. Habsbawn menciona esse esquecimento como:

[...] a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal a das gerações passadas é um dos fenômenos mais lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público em que vivem. (HABSBAWN, 2002 apud RODRIGUES; MACHADO, 2010, pag. 24)

A memória também pode ser um ato político, tanto na garantia de representatividade nos espaços, quanto no lugar de fala. Porém, os grupos dominantes utilizam na manipulação de outros grupos, mantendo-o preso e velando ou romantizando sua história. Portanto Bosi alega:

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ela quer também julgar, marcando, bem o lado em que altura da história, e reafirmando sua posição ou matilizando-a. (BOSI, 1994 apud RODRIGUES; MACHADO, 2010, pág. 24).

Para consolidar uma consciência histórica, é necessário ter a memória e a história como suporte. Mas com as transformações, e os saberes científicos, a contemporaneidade se distancia cada vez mais das tradições e costumes. Onde os conhecimentos que deveriam ser hereditários passam a ser responsabilidade das bibliotecas, dos museus, em preservarem a memória, impossibilitando o esquecimento. Mas será que nesses espaços públicos, existe uma pluralidade epistemológica? Ou são reservados para contar as histórias dos grupos dominantes? Com esses questionamentos, podemos notar a importância de preservar uma história, até mesmo questionar sobre essa história. Investigar a história é também quebrar paradigmas, preconceitos, inúmeros problemas sociais.

4.4 HISTÓRIA PÚBLICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

A história oferecida nos currículos escolares muitas vezes apresenta uma narrativa de um passado genérico, que enaltece os “grandes heróis” e a memorização de datas “importantes”, apesar dos esforços de inúmeros professores em desconstruir essas práticas pedagógicas. Freire caracteriza como educação “bancária”:

“(...) a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário,

refletindo a sociedade opressora, sendo a dimensão da ‘cultura do silêncio’, a ‘educação’ ‘bancária’ mantém e estimula a contradição.” (FREIRE, 2011 apud BENEDICTO, 2016, pag. 209).

Porém, nem todos os alunos se vêem representados nessa história, pois não encontram seus ancestrais, sua identidade, sua raça sendo reconhecida da mesma forma. Em situações de crise, ocorrem inúmeros questionamentos, onde as identidades têm a necessidade em recorrer ao passado para encontrar justificativas, que garantam legitimidade nas suas fundamentações no presente. Gelbcke confirma:

(...) todas as vezes que nos deparamos com questões que desestabilizam nossa percepção sobre nós mesmo e sobre aquilo e aqueles que nos cercam, evocamos o passado para tentar responder nossas angústias e conseguirmos encontrar novo sentido para a vida, ressignificando o tempo. (GELBCKE, 2014, pág. 527).

Um conceito que vem defendendo a necessidade, e o direito, da história ser franqueada para todos, é a “*história pública*”. Uma reflexão ainda recente, a expectativa é que a história pública, “(...) seja pensada como um processo contínuo de publicação, que pode ser posto em movimento, ampliado, acelerado, nos muitos modos que poderiam ser reunidos sob a designação ‘educação histórica’”. (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 19). Com a divulgação ampla, em diferentes meios e formatos, é possível desenvolver um sentimento de pertencimento dentro dessa memória, uma consciência histórica. Conforme Schmid e Garcia (2005, pág. 301) “A consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica.”. Portanto, os indivíduos podem recuperar a história dos seus princípios, se questionarem sobre si mesmos, respondendo de acordo com a temporalidade (passado, presente e futuro).

Almeida e Rovai (2013) alegam que “democratizar e refletir sobre os usos políticos do passado no presente, por meio de uma ‘história vista de baixo’, incluindo trabalhadores, família, estudantes, o movimento feminista, e sem dúvida os movimentos negros”.

Segundo Frazão (2016), a história pública é um instrumento de suporte que desperta e proporciona um conhecimento histórico. Sendo possível agregar um multiculturalismo, considerando a diferença do outro, através do diálogo, promovendo uma troca de conhecimento, ou seja, um pluralismo histórico. Esse campo pode ser composto pela história oral, pela memória, pela história do tempo presente, pelo patrimônio entre outros. É necessário compreender o pluralismo epistemológico, que vai para além da academia. Ou seja, a formação de um conhecimento sobre o passado e do presente, é criação de todos.

Como os documentos compõem uma história, que dão sentido e visibilidade a organizações, grupos e comunidades, a sua acessibilidade deve servir a qualquer cidadão, à pesquisa científica e organização pública. Que de acordo com as necessidades e interesses de cada grupo, serve de inspiração para elaboração de projetos envolvendo membros da comunidade, leigos, e inclusive a academia. Essa sensibilidade pode dar origem a uma pesquisa entre os arquivos, a memória e a história, além da valorização dessas narrativas, são mecanismos de preservação cultural. (ALMEIDA; ROVAI, 2013). Sarlo caracteriza como “história de grande circulação”:

(...) a história de grande circulação é sensível às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência. Se não encontra respostas na esfera pública atual, ela fracassa e perde todo o interesse. A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite. (SARLO, 2007 apud GELBCKE, 2014, pág. 528)

A consciência histórica e a história pública são mecanismos que ajudam os indivíduos na sua formação histórica, quando garantem acessibilidade sobre o passado. Essas contribuições influenciam nos processos de pertencimento e ressignificação temporal, permitindo uma interpretação sobre o mundo.

4.5 SÃO FRANCISCO DO CONDE

O objeto de estudo dessa pesquisa será o município de São Francisco do Conde. A cidade passa por um processo de extinção dos seus registros históricos, evidenciando o descaso com a memória do município, que lentamente vai perdendo a sua consciência histórica.

São Francisco do Conde inicialmente pertenceu ao grupo de 20 municípios, que formava o Recôncavo Baiano. Essa região está localizada no litoral do Estado da Bahia, a cerca de 66 quilômetros da capital de Salvador, em volta da Baía de Todos os Santos (uma das principais capitâneas hereditárias, durante o período da colonização portuguesa). (SANTANA, 2011)

O Recôncavo Baiano possuía uma economia baseada no extrativismo do pau-brasil, posteriormente, no plantio de cana-de-açúcar. A região reservava uma enorme porção de engenhos de açúcar. Perdendo seu posto, quando os holandeses tornaram-se os novos

empreendedores do açúcar, conquistando o mercado consumidor europeu. Os municípios foram altamente castigados, onde influenciou diretamente nos aspectos sociais. (TODA MATERIA, 2011-2018)

Durante o século XIX, São Francisco do Conde foi uma das maiores potências açucareira, devido à abusiva quantidade de engenhos de açúcar e de milhares de africanos e seus descendentes escravizados, garantindo o título de qualidade dos melhores do Brasil. Com a abolição da escravatura, muitas se tornaram usinas. A decadência do açúcar modificou a economia, iniciando-se um novo ciclo, o petróleo, com a implantação da Refinaria Landulpho Alves, da Petrobras, em 1949. Por meio dessa transformação estrutural, atualmente a cidade possui a maior renda per capita (PIB) do Brasil. No entanto, o município possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). (SANTANA, 2011)

Nesse mesmo espaço geográfico, em 1875, foi criada pelo Imperador D. Pedro II, a Imperial Escola Agrícola da Bahia, também chamada de Escola Agrícola de São Bento das Lages, com o objetivo de ampliar e qualificar a agricultura da região. (SOBRINHO, sd apud SILVA e col. 2014, pag. 16).

O Convento de Santo Antônio possui 389 anos, o lugar possui um rico acervo artístico como, telas peças raras, azulejos, mobiliários, etc. Considerado um dos mais belos existentes no Brasil. (LEAL, 1998, pag. 20)

A Ilha de Cajaíba, mantém até os dias atuais, a arquitetura do Sobrado e da Fábrica do Engenho Cajaíba pertenceu ao governador Mem de Sá. Esse local contribuiu para o desenvolvimento econômico do Recôncavo Baiano, principalmente para São Francisco do Conde guardando histórias dos barões, realezas, do Brasil. (LEAL, 1998, pag. 45-49)

Por outro lado, a região franciscana abriga um grande patrimônio material do Brasil Colonial, mantendo a sua arquitetura barroca nas igrejas, sobrados e engenhos, uma enorme biodiversidade, com reservas da Mata Atlântica e manguezais. Já no patrimônio imaterial, reserva uma herança da diversidade étnica dos indígenas, portugueses e principalmente dos africanos, presente na sua formação cultural. (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2017).

É justamente por essa história diretamente ligada às transformações econômicas, políticas e sociais do Brasil, que fazem a cidade ser um rico manancial de fontes, especialmente no que se referem às experiências, negociações e conflitos da população negra, desde o período colonial aos dias de hoje. Portanto, essas transfigurações refletem sobre a função social da história.

Com base na consciência histórica, por meio da história pública, o indivíduo ou a comunidade tem a possibilidade de reivindicar ou sanar seus questionamentos sobre sua

história, encontrando respostas no passado que fundamentam questões do presente, que põem em cheque a legitimidade das concepções que se tem, sobre si, sobre seu o espaço. Como diz Benjamin Filene é “um ato de ‘abrir portas e não de construir muros’”(ALMEIDA; ROVAI, 2011, p.7).

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A ciência usa a pesquisa no processo de coletar, analisar, e interpretar dados, ou seja, é uma investigação e/ou estudo com objetivo de descobrir novos fatos ou entender um fenômeno.

É necessário que toda pesquisa tenha um objetivo determinado para saber o que se vai buscar e o que se pretende obter. Conforme Ander-Egg (1978 apud Marconi & Lakatos, 2016), deve começar “de um objetivo limitado e claramente definido, sejam estudos formulativos, descritivos ou de verificação de hipóteses”.

Os procedimentos empregados na realização desta pesquisa são apresentados nas seções: classificação da pesquisa, técnica de levantamento de dados e análise e interpretação de dados.

5.1 CLASSIFICAÇÕES DA PESQUISA

Para garantir os propósitos desta investigação, essa seção foi dividida em três categorias: objetivos, procedimentos e abordagem do problema.

No âmbito dos objetivos, será utilizada a *pesquisa exploratória e descritiva*. A *pesquisa exploratória* ocorre quando não há muito conhecimento sobre a temática a ser tratada, buscando conhecer mais profundamente o assunto, tornando-o mais transparente, com a possibilidade de questionamentos importantes para a condução da pesquisa. Conforme Gil (1999 apud FERNANDES & GOMES, 2003), ela visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições. Afirma Vergara (2000 apud FERNANDES & GOMES, 2003) que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações variáveis e define sua natureza. Logo, com a *pesquisa descritiva*, é possível descrever algo de forma minuciosa, utilizando técnicas de coleta de dados com a preocupação de analisá-los e interpretá-los.

Agora em procedimentos, trata-se de uma *pesquisa bibliográfica e documental*. A *pesquisa bibliográfica* envolve toda a bibliografia que já foi publicada em relação ao tema proposto, como as publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., também é possível explorar por meios de comunicação oral ou audiovisuais. O objetivo dessa modalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que já foi escrito, dito ou filmado sobre um determinado tema. Para Manzo (1971 apud MARCONI & LAKATOS, 2016), a bibliografia “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas já conhecido, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”, além de permitir o pesquisador “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de informações” (Trujillo, 1974 apud MARCONI & LAKATOS, 2016). Logo, a pesquisa não será uma mera repetição do que já foi dito, mas terá conclusões inovadoras sobre o assunto.

A *pesquisa documental* possui características similares a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1999 apud RAUPP & BEUREN), destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. A pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente das contribuições de vários autores sobre determinada temática de estudo, já a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Outra característica marcante da pesquisa documental é na sua coleta de dados, que pode ser realizada durante ou depois da ocorrência do fato.

No processo de abordagem do problema, a pesquisa será de natureza *qualitativa*, pois analisará a compreensão, a motivação e interpretação dos fatos. Richardson (1999 apud RAUPP & BEUREN) menciona que “Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Assim como evidencia que podem “contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”.

5.2 TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS

Essa seção será dividida em duas etapas: entrevistas e coleta documental.

A *entrevista* é uma reunião entre duas pessoas (homens e mulheres), onde o entrevistador faz questionamentos ao entrevistado, com o objetivo de investigar sobre um determinado assunto, através de uma conversação. Esse método pode desempenhar um papel fundamental no trabalho científico, que associado a coleta de dados, posteriormente irá contribuir nas interpretações dos problemas. Existem vários tipos de entrevista como as informais, as focalizadas, as por pautas, e formalizadas. Para esse projeto será utilizado à entrevista informal. Segundo Gil (1999 apud JÚNIOR & JÚNIOR, 2011) o tipo de entrevista informal é o menos estruturado possível e só distingue da conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. É recomendado nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou oferecer visão aproximativa do problema pesquisado. Serão realizadas entrevistas com os responsáveis das seguintes entidades: Paróquia São Gonçalo, Paróquia Nossa Senhora do Monte, Câmara Municipal, Secretária de Cultura e Turismo, Biblioteca Arthur de Salles e Secretária de Educação.

Já a *coleta documental*, os dados serão alcançados por meio de documentos legais. De acordo com Santos (2004), os “procedimentos de coleta são os métodos práticos utilizados para juntar as informações necessárias à construção dos raciocínios em torno de um fato/fenômeno/ processo”. Será realizado um levantamento documental nos registros de batismo e casamento nos acervos eclesiais, simultaneamente nos acervos de fontes históricas presentes na câmara de vereadores em São Francisco do Conde.

5.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Quando os processos da primeira e segunda seção forem executados, é necessário que os dados passem por um processo de preparação, manipulação para alcançar os objetivos almejados, com base em uma análise e interpretação.

A importância desse trabalho não é atrair o leitor, mas demonstrar as conclusões a que se chegou à pesquisa. Os resultados serão evidências que servirá para confirmar ou refutar as hipóteses, principalmente tentar responder as perguntas que deram origem a esse processo.

Com os dados desse trabalho, será possível produzir uma monografia, com uma análise sobre a relação entre memória, história pública, arquivos, poder público. Também é possível averiguar quais as fontes mais comuns, o seu estado de preservação, e quais os temas mais propícios para um estudo mais profundo. Esse mapeamento de acervos de fontes históricas da cidade de São Francisco do Conde será de grande importância para pressionar o poder público diante do estado e a necessidade da preservação dessas fontes, para fundamentar a história.

6 CRONOGRAMA

Atividades a serem desenvolvidas por ano / semestre	2018-2019		2019-2020		2020-2021	
	1º semestre	2º Semestre	3º semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestr e
Aulas Presenciais	X	X	X	X	X	
Seleção de materiais de leitura bibliográfica	X	X				
Leitura e Fichamentos da bibliografia.		X	X	X		
Reelaboração do Projeto	X	X	X			
Pesquisa e Coletas de dados		X	X	X		
Sistematização Dos dados		X	X	X	X	
Análise crítica de Dados			X	X	X	X
Construção do texto da Monografia				X	X	X
Defesa						X

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira, (organização). *Introdução á História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. Pag.19.

_____. *História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”*. XXVII Simpósio Nacional de História Natal. Julho de 2013.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. *Afrocentricidade, Educação e Poder: uma crítica Afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro*. Pag. 219. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

_____. *Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

CASSAMASSO, Marco Aurélio La grega. *Estado, Igreja e Liberdade Religiosa na “Constituição política do Império do Brasil”, de 1824*. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, pag. 6167-6168, junho de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

FERNANDES, L.A. GOMES, J.M.M. *Relatórios de Pesquisa nas Ciências Sociais: Características e Modalidades de Investigação*. v. 3, n. 4. Porto Alegre: ConTexto, 2003.

FRAZÃO, Samira Moratti. *História pública no Brasil: espaço de apropriações e disputas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.8. N.19, pag. 374-379. Set./Dez. de 2016.

GELBCKE, Juliana. *História pública e Consciência histórica: uma reflexão da didática da história*. XIV Encontro Regional de História. Campo Mourão – PR, pág. 1-10, Outubro de 2014.

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO. Disponível em: <<http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/cidade/historia/>>Acesso: 03/02/2018.

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Brito; JÚNIOR, Nazir Feres. *A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos*. v.7, n.7, p 237-250. Axará: Evidência, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

LEAL, Abienal Moraes. *Guia Turístico de São Francisco do Conde: informações turístico – culturais*: Salvador: Amleal Publicidade E Produções Artísticas, 1998. Pag. 45-49.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pag. 16-24.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-97.

RECÔNCAVO BAIANO. Disponível em: <<http://todamatéria.com.br/recôncavo-baiano/>>. Acesso em: 03/02/2018.

RODRIGUES, Giseli Giovanella; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *A importância da Memória para uma cidade*. Revista Destaque acadêmicos, Ano2, n°2, 2010-CCHJ/UNIVATES. Pág. 23-26

SAMPAIO, Eliana Antunes. *Registros Paroquiais do Acervo da Cúria Metropolitana de Niterói: acesso, conservação e utilização*. 2016. Pag.12. Monografia – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTANA, Jaciara de. *São Francisco do Conde e o enigma da riqueza e pobreza no Recôncavo baiano*. 2011, pag. 22-45. Mestrado – Universidade Católica do Salvador, Salvador- BA.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. 6. ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. *A Formação da Consciência Histórica de Alunos e Professores e o Cotidiano em aulas de História*. Cad. Cedes, Campinas, vol.25, n.67, pág. 297-308, set./out. 2005.

SILVA, Carlos Augusto Santos da; MENEZES, Joelza; SILVA, Jussara; SILVA, Marcia de Santana. *Desenvolvimento social a partir do programa Bolsa Família: estudo da religião do Recôncavo Baiano na localidade de São Bento das Lajes em São Francisco do Conde*. 2014, pag.16. Monografia- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde –BA.